



121 - Contribuição da agroecologia e da economia solidária para o fortalecimento das comunidades quilombolas do Areia Branca, Estreito e Varzeão - Vale do Ribeira Paranaense

HANKE, Daniel. UFPR, danhanke83@yahoo.com.br; WINCK, Bruna Raquel. UFPR, bruna.winck@yahoo.com.br; BIESEK, Maurício Fabiano. UFPR, mfbiesek@yahoo.com.br; SILVA, Rodrigo Weiss. Instituto Agroecológico – I. A., rws_rodrigo@yahoo.com.br.

Resumo

O presente trabalho foi realizado em três comunidades Quilombolas da região do vale do Ribeira paranaense, entre agosto de 2008 a janeiro de 2010, e teve como objetivo avaliar a contribuição de iniciativas de Economia Solidária popular, alicerçada sobre os princípios da Agroecologia, dentro de suas organizações. O estudo desenvolvido teve caráter qualitativo e etnográfico, de observação simples, descritiva e não controlada. A economia solidária e a produção agrícola de caráter Agroecológico, vêm trazendo efeitos positivos na organização das comunidades, tornando as associações politicamente mais ativas, vindo a funcionar como frente de realização de crítica aos paradigmas da produção convencional e reinvenção das relações sociais de produção. Para tanto, destaca-se o importante papel que o Estado vem cumprindo na execução de ações de apoio, junto a outros atores sociais, em defesa da autonomia dos Quilombolas na forma de produção e reprodução do seu meio social.

Palavras-chave: experiência, quilombo, associativismo.

Contexto

A experiência em questão teve sua importância relacionada ao processo sócio histórico estabelecido na região do Vale do Ribeira, onde várias comunidades Quilombolas estão inseridas.

A maior parte dos municípios da região do Vale do Ribeira é essencialmente rural. Com relevo fortemente ondulado, de muitas montanhas e rios sinuosos, existem restrições ao uso do solo. Na parte paranaense da região estão localizadas onze Comunidades Quilombolas, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares - órgão ligado ao Ministério da Cultura - Governo Federal (IPARDES, 2005).

A restrição de relevo, que supostamente não seria adequado para a agricultura mecanizada, fortaleceu uma atividade econômica que foi impulsionada pelos incentivos fiscais promovidos pelo governo federal na década de 70 para a região, revertido para plantios comerciais de madeira de pinus. Segundo inúmeros ambientalistas o pinus tornou-se um problema para todo o sul do Brasil, pois ele caracteriza-se como uma espécie exótica e invasora que exige cuidado por se propagar à revelia. Muitas comunidades acompanharam a desconfiguração do verde nativo do Vale do Ribeira, causada pela ação do vento e do homem. Na década seguinte, graças à ação dos ambientalistas, a devastação causada por essa atividade foi freada significativamente em várias regiões do sul do país, muito ao



contrário do que ocorreu em torno do rio Ribeira, aonde a chamada “sangria verde” avançou mais 10% em toda a área (SOUZA, 1986).

Com a criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura em 2005, foi a primeira vez que um Governo paranaense empreendeu a iniciativa de realizar um levantamento socioeconômico e cultural, com vistas à garantia de direitos a essas comunidades. A partir desse levantamento - e associado a diversas ações do Governo Federal; Estadual; ONG's e movimentos sociais - outro Paraná tem se descortinado nos últimos anos.

No ano de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - inseriu a região do Vale do Ribeira como integrante do Programa Territórios da Cidadania, o que significa a implementação de ações de desenvolvimento territorial e local que articulam o governo federal, estadual, as gestões municipais e a sociedade civil.

Desde então muitas iniciativas têm sido implementadas na região e associadas ao financiamento do Estado e acesso a políticas públicas de inclusão social e distribuição de renda e a produção de alimentos saudáveis a partir da produção Agroecológica. É nesse novo cenário que se desenvolve o seio da evolução das formas organizacionais dessas comunidades.

Portanto esse trabalho tem por objetivo avaliar a contribuição dessas iniciativas de Economia Solidária popular dentro uma perspectiva de trabalho Agroecológico na organização das comunidades Quilombolas do Areia Branca - município de Bocaiúva do Sul, PR; Estreito - município de Adrianópolis, PR e Varzeão - município de Doutor Ulysses, PR - Vale do Ribeira paranaense, e seu reflexo no fortalecimento de um nascente movimento social Quilombola.

Descrição da experiência

O estudo desta experiência foi realizado em três comunidades quilombolas do Vale do Ribeira paranaense - Estreito; Areia Branca e comunidade do Varzeão nos municípios de Adrianópolis, PR; Bocaiúva do Sul, PR e Doutor Ulysses, PR, respectivamente, tendo foco na organização das comunidades. As atividades foram desenvolvidas a partir da estrutura fornecida pela Associação Instituto Agroecológico. A metodologia foi constituída por uma pesquisa de caráter qualitativo e etnográfico, de observação simples, descritiva e não controlada - as visitas / encontros ocorreram quinzenalmente. Foram adotados, como instrumentos de pesquisa, a observação *in-loco* e a entrevista informal com integrantes das comunidades. A coleta de dados ocorreu através de registros em diários de campo, fotos de atividades realizadas. As atividades foram baseadas em ações de capacitação nas temáticas da Agroecologia e da Economia Solidária; puxirões dos Quilombolas para as culturas do milho, feijão e abóbora e diversas ações de ATER. Os dados foram posteriormente sintetizados, entre os meses de agosto de 2008 a janeiro de 2010. A metodologia ainda foi constituída por revisão teórica bibliográfica.

Resultados



Está além do interesse desse trabalho promover um longo e intenso debate a respeito das distintas concepções sobre a Economia Solidária que circundam a turbulenta discussão sobre o tema. Utilizaremos, no entanto a concepção de Ribeiro (2002) para delimitar a forma com que tem sido trabalhada a Economia Solidária nas Comunidades. Segundo esse autor pode-se caracterizar a Economia Solidária, adjetivada sobre o termo popular, abrangendo desde as formas mais simples de cooperação, que já estão incorporadas aos saberes da memória ancestral do trabalho, até as organizações associativas mais complexas, com estatutos e regimentos próprios. Esse alargamento da compreensão do termo solidária para abarcar o trabalho cooperativo, do mais simples ao mais complexo, é restringido pelo termo popular, que traz implícitos dois elementos: a autogestão dos processos de trabalho e a classe social que identifica os sujeitos sociais associados em cooperativas ou para outras modalidades de trabalho cooperado.

Para o reconhecimento das Comunidades como Remanescentes de Quilombo pela Fundação Palmares (órgão governamental ligado ao Ministério da Cultura), foi requisitado que estas tivessem uma Associação de moradores estruturada juridicamente. O importante nesse fato é que os Quilombolas jamais haviam tido contato com a estrutura associativa – no seu mérito jurídico e legal - e que não houve uma clara ação posterior em fortalecer as atividades necessárias para o bom funcionamento das associações.

O contato com as funções preestabelecidas por lei na estruturação das associações criou demasiadas complicações sócio metabólicas para os Quilombolas das três comunidades, que alegaram que a inoperância nas Associações em função dessas limitações de ordem legal, o que resulta em atraso de declarações, dificuldades em sintonizar os interesses das comunidades com as tarefas jurídicas; dificuldade na criação de uma política de repasse entre gestões. Esses impasses problematizam ainda o acesso a recursos do Estado pelos comunitários, principalmente no acesso as políticas de desenvolvimento pautadas sobre a Agroecologia.

No passado, com o desenvolvimento das relações de produção capitalista, as comunidades tiveram uma inevitável inserção política e econômica na realidade mercadológica, muito influenciada por vários conflitos fundiários e com grandes empresas de silvicultura. A exposição dessas comunidades diante dos grandes proprietários de terra permitiu que suas terras, em muitas ocasiões, fossem demarcadas conforme a vontade daqueles que exerciam dominação política em determinadas regiões.

Segundo os Quilombolas, fraudes, como, por exemplo, as grilagens de terra, foram, dentro desse processo, bastante importantes para que as comunidades fossem lançadas em relações sociais periféricas e marginalizadas, que resultaram na inserção na realidade capitalista em uma condição de total inferioridade, servindo como simples unidades mercantis, que teriam para o sistema a básica função de produzir força de trabalho a baixo custo. Esse processo foi marcado por perseguições violentas as comunidades tradicionais e roubo de propriedades rurais.

Assim como parte significativa da população local dos municípios, muitos Quilombolas passaram a ser empregados da empresa de mineração Plumbum do Brasil S.A. na extração do minério de chumbo, recebendo pequenos salários e com péssimas condições de trabalho



(MORAES, 1957). Dessa forma, a partir dos anos 70 com a entrada do cultivo intensivo de pinus no Vale do Ribeira, muitos Quilombolas passaram novamente a servir de mão de obra barata para a nova atividade que crescia vertiginosamente.

Observou-se que nos últimos dois anos houve um expressivo aumento da participação das Comunidades junto às lutas políticas locais, participação incisiva nos fóruns territoriais, conselhos regionais de agricultura na defesa da Agroecologia, audiências públicas dos mais variados temas, assim como articulação com outras organizações sociais, mostrando claramente que há um processo de consciência que transpõe a mentalidade meramente economicista por parte dos Quilombolas. A organização de uma economia solidária nas comunidades está em perfeita sintonia com os puxirões, mutirões e reunidas - atividades essas características da cultura Quilombola.

A tecnologia de origem capitalista não pode ser simplesmente transplantada para empreendimentos autogestionários baseados em uma economia planificada donde se relacionam distintos trabalhos solidários (MÉSZÁROS, 2004).

Não há possibilidade de se obter a construção de uma estrutura organizativa sócio metabolicamente diferenciada pelos Quilombolas, em regime associativo, sem uma completa reestruturação das forças produtivas, ou seja, da ciência aplicada a produção.

Durante muito tempo creditou-se a idéia, mesmo dentre as Comunidades Quilombolas, de que as tecnologias agrícolas convencionais fossem soluções efetivas para os problemas sociais e econômicos de que a conjuntura apontava naquele período. Os Quilombolas, após intensa reflexão, hoje afirmam que as velhas práticas de queimada; uso de agrotóxicos e utilização de sementes e adubos solúveis foram práticas insustentáveis a sua realidade social, responsáveis pela legitimação da entrada do pinus e da intensificação dos conflitos fundiários com os fazendeiros, assim como repercutiram na evasão dos jovens para os centros urbanos. Realidade essa, que, segundo esses atores sociais, precisa ser revertida a partir de novas práticas comunitárias e Agroecológicas.

As comunidades puderam, com o passar do tempo, notar que além dos impactos das monoculturas de pinus e de pastagem exótica, o padrão convencional de produção agrícola contribuía para a degradação dos recursos naturais locais e da destruição das relações coletivas de trabalho, interferindo diretamente na organização das práticas de mutirões, puxirões e reunidas.

Pôde-se observar nos últimos anos, um crescente uso de práticas alternativas ao modelo convencional agrícola por parte das comunidades, fruto de sua crescente relação com outros movimentos sociais do campo e de organizações que buscaram contribuir com o fortalecimento de uma nova agricultura - apoiados pelas ferramentas governamentais que se pautam sobre os princípios da Economia Solidária e da Agroecologia.

Inúmeros desafios ainda se colocam para que se consolide uma Economia Solidária Popular Agroecológica na organização produtiva e política das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense. No entanto, considera-se bastante importante o desenvolvimento de novas formas organizacionais pautadas sobre a Agroecologia e a Economia Solidária, como



frente de realização de crítica aos paradigmas da produção convencional e reinvenção das relações sociais de produção. Para tanto, destaca-se o importante papel que o Estado vem cumprindo na execução dessas ações e o trabalho das Comunidades junto a outros atores sociais, em defesa da autonomia dos Quilombolas na forma de produção e reprodução do seu meio social.

Referências

IPARDES. **Vale do Ribeira**: referências da dinâmica regional. Curitiba, 2005.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MORAES, J. M. Expedição Científica à Serra de Paraná Piaçaba e ao Alto Ribeira. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 3, p. 255-300, 1957.

RIBEIRO, M. Autonomia na produção e educação para a autonomia: desafios da assistência técnica à escola rural. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2, n. 1, p. 39-48, 2002.

SOUZA, D. M. P. **Alterações físicas químicas e biológicas provocadas pela cultura de *Pinus* sp. em alguns solos do Paraná**. Curitiba: SCA UFP, 1986.